

# **Processo Coletivo Passivo**

UMA PROPOSTA DE SISTEMATIZAÇÃO E OPERACIONALIZAÇÃO

**2018**

Rogério Rudiniki Neto

**PROCESSO COLETIVO PASSIVO**

**UMA PROPOSTA DE SISTEMATIZAÇÃO E OPERACIONALIZAÇÃO**

© Almedina, 2018

AUTOR: Rogério Rudiniki Neto

DIAGRAMAÇÃO: Almedina

DESIGN DE CAPA: FBA

ISBN: 9788584932726

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)  
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

---

Rudiniki Neto, Rogério  
Processo coletivo passivo : uma proposta de  
sistematização e operacionalização / Rogério  
Rudiniki Neto. -- São Paulo : Almedina, 2018.

Bibliografia.  
ISBN 978-85-8493-272-6

1. Ação coletiva passiva 2. Ações coletivas  
(Processo civil) 3. Processo  
civil 4. Processo civil - Brasil 5. Tutela coletiva I. Título.

18-13300

CDU-347.922.6

---

**Índices para catálogo sistemático:**

1. Ações coletivas passivas : Direito processual civil 347.922.6

Este livro segue as regras do novo Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa (1990).

Todos os direitos reservados. Nenhuma parte deste livro, protegido por copyright, pode ser reproduzida, armazenada ou transmitida de alguma forma ou por algum meio, seja eletrônico ou mecânico, inclusive fotocópia, gravação ou qualquer sistema de armazenagem de informações, sem a permissão expressa e por escrito da editora.

Março, 2018

EDITORA: Almedina Brasil

Rua José Maria Lisboa, 860, Conj.131 e 132, Jardim Paulista | 01423-001 São Paulo | Brasil

editora@almedina.com.br

www.almedina.com.br

1119815

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO . . . . .	17
----------------------	----

### CAPÍTULO 1

1. O DIREITO PROCESSUAL CIVIL NA SOCIEDADE DE MASSAS . . . . .	23
1.1 PROPORCIONALIDADE PAN-PROCESSUAL . . . . .	24
1.1.1 A questão da ineficiência da prestação jurisdicional . . . . .	24
1.1.2 Uma nova forma de se enxergar o problema . . . . .	26
1.2 O PROCESSO JURISDICIONAL COLETIVO . . . . .	31
1.2.1 Noções introdutórias: o individualismo no processo civil tradicional . . . . .	31
1.2.2 Novos direitos, novas soluções processuais . . . . .	36
1.2.3 O conceito de processo jurisdicional coletivo . . . . .	38
1.3 O MICROSSISTEMA BRASILEIRO DE PROCESSOS COLETIVOS . . . . .	40
1.3.1 O quadro normativo vigente . . . . .	40
1.3.2 Direitos e interesses tutelados . . . . .	43
1.3.3 Outras ferramentas processuais destinadas ao trato de interesses de massa . . . . .	49
1.4 A COLETIVIDADE NO POLO PASSIVO DA DEMANDA (AÇÃO COLETIVA PASSIVA E AÇÃO DUPLAMENTE COLETIVA) . . . . .	55
1.4.1 A outra face da moeda . . . . .	55
1.4.2 Definições . . . . .	59
1.4.3 A ausência de regulamentação legal . . . . .	62
1.4.4 Casuística . . . . .	69
1.5 CONCLUSÕES PARCIAIS (1) . . . . .	76

## CAPÍTULO 2

2. As AÇÕES COLETIVAS PASSIVAS NO DIREITO COMPARADO . . . . .	79
2.1 ESTADOS UNIDOS . . . . .	81
2.1.1 O sistema das “class actions” . . . . .	81
2.1.2 Requisitos . . . . .	85
2.1.3 Hipóteses de cabimento . . . . .	91
2.1.4 As “defendant class actions” . . . . .	95
2.1.5 Requisitos das “defendant class actions” . . . . .	100
2.1.6 Hipóteses de cabimento das “defendant class actions” . . . . .	102
2.2 CANADÁ . . . . .	105
2.2.1 Província de Ontário . . . . .	107
2.3 NORUEGA . . . . .	109
2.4 ISRAEL . . . . .	111
2.5 CONCLUSÕES PARCIAIS (2) . . . . .	113

## CAPÍTULO 3

3. PROPOSTAS PARA A OPERACIONALIZAÇÃO	
DAS AÇÕES COLETIVAS PASSIVAS NO CENÁRIO NACIONAL . . . . .	115
3.1 A COLETIVIZAÇÃO COMO ALTERNATIVA AO LITISCONSÓRCIO . . . . .	116
3.1.1 Litisconsórcio (noções gerais) . . . . .	116
3.1.2 Litisconsórcio necessário . . . . .	120
3.1.3 Problemas decorrentes do litisconsórcio passivo multitudinário e a via da coletivização . . . . .	124
3.2 A COISA JULGADA NA AÇÃO COLETIVA PASSIVA . . . . .	130
3.2.1 Coisa julgada (conceito, função e limites subjetivos) . . . . .	130
3.2.2 Efeitos da sentença perante terceiros e a coletivização. . . . .	134
3.2.3 Coisa julgada coletiva no microsistema brasileiro de processos coletivos . . . . .	136
3.2.4 Propostas para a coisa julgada nas ações coletivas passivas . . . . .	139
3.3 O IMPERATIVO DA REPRESENTATIVIDADE ADEQUADA . . . . .	141
3.3.1 Notas introdutórias (a questão da legitimidade <i>ad causam</i> ) . . . . .	141
3.3.2 Legitimidade <i>ad causam</i> no processo jurisdicional coletivo . . . . .	144
3.3.3 Representatividade adequada . . . . .	146
3.3.4 A representação de interesses e suas relações com os princípios da ampla defesa e do contraditório . . . . .	149
3.3.5 Os possíveis legitimados coletivos passivos . . . . .	154
3.3.6 O reforço do <i>amicus curiae</i> e as audiências públicas . . . . .	160

3.4. O SANEAMENTO NA AÇÃO COLETIVA PASSIVA . . . . .	164
3.4 Os PROVIMENTOS POSSÍVEIS NA AÇÃO COLETIVA PASSIVA . . . . .	171
3.4.1 O problema . . . . .	171
3.5.2 A teoria da “classe como entidade litigante” . . . . .	178
3.5.3 A sentença mandamental na ação coletiva passiva . . . . .	179
3.5.4 As sentenças declaratórias em face da classe . . . . .	181
3.5.5 A responsabilidade civil coletiva ou anônima e os dilemas advindos da sentença condenatória ao pagamento em pecúnia na ação coletiva passiva . . . . .	184
3.6 A COMPETÊNCIA NO PROCESSO COLETIVO PASSIVO . . . . .	190
3.7 CONCLUSÕES PARCIAIS (3) . . . . .	195

## CAPÍTULO 4

4. ALGUMAS HIPÓTESES DE APLICAÇÃO . . . . .	197
4.1 Os DISSÍDIOS COLETIVOS NO DIREITO DO TRABALHO . . . . .	197
4.2 AS AÇÕES POSSESSÓRIAS EM CONFLITOS FUNDIÁRIOS COLETIVOS . . . . .	200
4.3 ESTATUTO DO TORCEDOR (LEI 10.671/03) . . . . .	203
4.4 AÇÃO RESCISÓRIA DE AÇÃO COLETIVA ATIVA E OUTRAS AÇÕES COLETIVAS PASSIVAS DERIVADAS . . . . .	205
4.5 O POLO PASSIVO DA AÇÃO POPULAR (LEI 4.717/659) . . . . .	207
4.6 AÇÕES DE IMPUGNAÇÃO DE DELIBERAÇÕES SOCIETÁRIAS . . . . .	208
4.7 AÇÃO DE DISSOLUÇÃO PARCIAL DE SOCIEDADE . . . . .	213
4.8 EXECUÇÃO DA CONVENÇÃO COLETIVA DE CONSUMO . . . . .	215

CONCLUSÕES FINAIS . . . . .	217
-----------------------------	-----

REFERÊNCIAS . . . . .	227
-----------------------	-----